

SALVADOR, METRÓPOLE AQUÉM DE UMA CIDADE POLITICAMENTE AUTÔNOMA

RESUMO

O tema central do texto – que revisita criticamente trabalho do próprio autor, datado de 1996 – é a autonomia política da Cidade do Salvador. Argumenta-se que ela sofre, historicamente, um bloqueio responsável pela incapacidade das forças políticas que ali atuam de darem soluções a um contencioso latente em torno de interesses, valores e práticas vinculados à configuração urbana da Salvador moderna, hoje com dimensões metropolitanas. Em vez disso, o que tanto a história política dos últimos 60 anos da cidade como seu atual contexto político revelam é forte dependência frente ao contencioso político estadual. São então destacados quatro aspectos desse bloqueio, que se ligam a uma práxis tradicional da sociedade política, avessa à urbanidade e à pluralidade, com despolitização correlata da sociedade civil. Por fim, a repercussão dessa tradição nas alternativas de voto para prefeito disponíveis nas eleições de 2012 é analisada. Conclui-se que lacunas detectadas no debate eleitoral - focado em problemas de “gestão” - indicam dissimulação da natureza política da crise e consequente restrição da política praticada na metrópole soteropolitana a um nível de autonomia de reflexão e ação que continua aquém até mesmo do que seria requerido pela condição da cidade.

Palavras-Chave: Autonomia. Cidade. Política. Eleições Municipais.

ABSTRACT

The central topic of the text - which revisits, critically, the author's own work, dated 1996 - is the political autonomy of the City of Salvador. It is argued that it suffers, historically, a blockage responsible for the inability of the political forces who work there to give solutions to a latent contentious around interests, values, and practices related to the urban setting of a modern Salvador, nowadays with metropolitan dimensions. Instead, what both the political history of the city over the past 60 years and its current political context reveal is a strong dependence before the state contentious political.

Paulo Fábio Dantas Neto¹



Are, then, highlighted four aspects of this blockade, which links to a traditional praxis of political society, averse to urbanity and diversity, with correlated depoliticization of civil society. Finally, the impact of this tradition on the available alternatives to vote for mayor in the 2012 elections is analyzed. It is concluded that gaps in the electoral debate - focused on issues “management” - indicate dissembling of the political nature of the crisis and consequent restriction of politics practiced in the metropolis of Salvador to a level of autonomy thought and action that continues to fall short of even that would be requested by the condition of the city.

Keywords: Autonomy. City. Politics. Municipal Elections.

¹ Paulo Fábio Dantas Neto, cientista político diplomado pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), em 2004; professor e pesquisador da Universidade Federal da Bahia, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/Ufba), onde atua no Departamento de Ciência Política, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e no Centro de Recursos Humanos (CRH/FFCH/Ufba)

Apresentei, em 1996, à Escola de Administração da Ufba, uma dissertação de mestrado que permanece sem publicação. Tanto seu título – “Espelhos na penumbra: o enigma soteropolitano” – como, especialmente, a seção que lhe serviu de epílogo tentam retratar e resumir a discussão, feita ao longo do trabalho, da então candente questão do bloqueio da autonomia política de Salvador.

No âmbito daquele trabalho o termo autonomia era usado, assim como aqui, sem maior rigor conceitual. Por bloqueio da autonomia política entenda-se a incapacidade historicamente constatável de forças políticas (lideranças, partidos, grupos) atuantes na capital da Bahia de darem conta, através da representação política e/ou da gestão do Poder Executivo Municipal, de um contencioso latente em torno de interesses, valores e práticas (estratégias), vinculado à configuração urbana da cidade moderna. Questão, portanto, de práxis local e também de forte condicionamento da sociedade política de Salvador pelo protagonismo da elite política estadual, que tinha na capital ao mesmo tempo um campo de intervenção privilegiado e uma vitrine de justificação do seu domínio sobre o conjunto do Estado. Justificação que se operava através de interesses, valores e estratégias próprios de uma peculiar tradição política estadual, portanto, diferentes daqueles requeridos pelo novo urbano emergente.

Só pra lembrar: 1996 foi o último ano do mandato da prefeita Lídice da Mata, marcado por abertos conflitos da Prefeitura de Salvador com o Poder Executivo Estadual. Durante os primeiros quinze meses da gestão de Lídice, governou o Estado ninguém menos que Antônio Carlos Magalhães, em terceiro mandato; durante os nove meses seguintes, como interino, seu correligionário Antônio Imbassahy e, nos últimos dois anos, Paulo Souto, eleito em 1994 e também quadro do carlismo. Em 1996, o próprio Imbassahy seria eleito prefeito, na sucessão de Lídice, estendendo à capital a hegemonia carlista que

se restabelecera no Estado a partir de 1990, com a eleição de ACM.

Em meio àquele cenário político altamente conflituoso, o trabalho mencionado buscava mostrar, analisando situações análogas que remontavam à década de 1950, que conflitos entre os poderes, estadual e municipal, em Salvador não eram peculiaridade daquela conjuntura, constituindo mesmo um dado permanente da estrutura da política na capital.

Ressalvas são hoje exigidas pela distância do tempo, que expôs a cidade a novos fatos urbanos e políticos (entre os quais a própria superação, em boa parte, do sentido de uma autonomia municipal, pela consciência crescente da nossa realidade metropolitana) e também pelo desvanecimento, no espírito do autor, de algumas das máximas conceituais que adotava e expectativas políticas que alimentava. Mesmo assim é possível constatar teimosas validade e atualidade em conclusões e cogitações presentes naquele texto. Animei-me, então, a evocá-lo e, de certo modo, atualizá-lo, com o objetivo – que diria pedagógico – de ajudar a entender o deserto político da nossa cidade nesse ano eleitoral.

1 CONTORNOS DE UM “ATRASO POLÍTICO”

O texto de 1996 propunha-se a lançar luzes sobre uma suposta e obscura relação entre o que então se convencionava chamar de “atraso político” da Bahia e o problema histórico da restrição da autonomia política de sua capital. A chave do enigma estaria na virtualidade de uma singular praxis política soteropolitana, que se insinuava na penumbra da história política recente de Salvador, tendo como componentes, entre outros: valores e costumes fortemente hierárquicos na política e na convivência social; narrativas épicas e um tanto bairristas sobre feitos históricos da elite nativa; uma afirmação ideológica da cordialidade e da aversão ao

conflito como essências do ser baiano; e práticas avessas à participação política dos “de baixo”. Essa práxis “cultural” refletia e ao mesmo tempo ajudava a perenizar uma sociedade civil fluida, carente de organização autônoma e uma sociedade política plena de conservadorismo.

Revisitando criticamente o texto de 1996 é possível questionar se a descrição acima é suficiente para atestar uma singularidade soteropolitana. Na ausência de dados comparativos com outras cidades é, no mínimo, arriscado fazer uma afirmação peremptória. Além disso, sendo ou não a práxis singular, cabe perguntar se seus traços peculiares são tão decisivos para a compreensão do tema do bloqueio da autonomia. Certamente será preciso observar melhor aspectos institucionais (regras do jogo atinentes ao sistema político e eleitoral, pacto federativo, formulação e implementação de políticas públicas, etc..) vigentes a cada momento da trajetória observada. Com isso o tema da autonomia já precisaria ser tratado juntamente com outros dois: a presença ou ausência de democracia e competição política e a sustentabilidade institucional de experiências positivas ou negativas de autonomização política e administrativa.

Essas ressalvas quanto à abrangência das conclusões e ao seu poder explicativo não retiram, contudo, relevância à consideração da influência de uma determinada práxis ancorada numa certa “cultura” política e por ela contextualizada. Buscava-se, aliás, com a hipótese da singularidade, valorizar a dimensão autônoma da política. Se a cidade é, como queria Lefebvre (1991), uma mediação entre ordem próxima e ordem distante, o estudo da política institucionalmente praticada em Salvador era visto como elemento imprescindível, não só à análise política como à compreensão da própria cidade, pensada também como sociedade civil (GRAMSCI, 2002) como espaço de disputa política e cultural entre blocos de forças sociais programaticamente diversas e mesmo

antagônicas. Se o conceito de sociedade civil conecta fenômenos econômicos (no caso, urbanos) e políticos stricto sensu, estudar história urbana e história política seria como cumprir dois momentos de um mesmo ato de desvendar a cidade (DANTAS NETO, 1996).

É possível continuar dizendo que cada um dos traços “culturais” do atraso teve implicações negativas cruciais sobre a efetiva autonomia política do município. Elas impõem sérios limites ao preenchimento de duas condições vistas como imprescindíveis ao exercício da autonomia: a da urbanidade (práxis fundada em regras, valores e procedimentos que moderem e legitimem a violência intrínseca ao exercício do poder político) e a da pluralidade (existência e visibilidade de situação e oposições políticas a partir de um espectro diversificado de facções, grupos e partidos cuja atuação é considerada legítima, assim como o contraditório que entre eles se estabelece).

2 QUATRO VETORES DE BLOQUEIO DA AUTONOMIA POLÍTICA DE SALVADOR

Em primeiro lugar, como aspecto mais notório, valores e costumes hierárquicos levaram, historicamente e para além de eventuais contextos de dependência institucional (administrativa, financeira e algumas vezes política), as relações do Prefeito com a Câmara Municipal, ou com o Governo Federal; com os partidos políticos ou com as outrora chamadas “classes produtoras”; com a imprensa e os diversos canais de formação de opinião, a serem mediadas (para não dizer, tuteladas) pela autoridade política estadual. E mesmo hoje aspectos como, por exemplo, a fixação, cobrança e, principalmente, os reajustes de impostos municipais permanece algo problemático, pois a sociedade não reconhece na Prefeitura legitimidade política bastante para efetivá-los.

Em recente trabalho procurei demonstrar, através de uma classificação dos desfechos políticos de mandatos de prefeitos nas últimas seis décadas, o nível de subordinação, dependência ou pressão a que se submete a Prefeitura em relação ao Governo do Estado e que atrela a ação de quadros políticos municipais ao contencioso da política estadual:

Sem contar os interinos, foram, em 60 anos, 22 mandatos de prefeitos (10 por eleição direta, 12 por indicação do governador). A duração média dos mandatos foi de 2,7 anos. As relações entre forças e lideranças políticas do Estado e do Município durante 18 desses mandatos², podem ser assim agrupadas: a) Conflito com solução “administrativa” através da demissão do prefeito; b) Conflito com revés político do prefeito (cerco político, bloqueio administrativo, crise financeira); c) Convivência através da subordinação política e administrativa do prefeito; d) Hiatos de autonomia política e/ou administrativa e) Instabilidade política e desestruturação do Poder Municipal (...). O conjunto mostra a fraqueza do Poder Público Municipal. Do ponto de vista político foram 14 casos de fracasso de 12 prefeito(a)s, seja por demissão (4), cerco e isolamento (2), subordinação (4, em 5 mandatos) ou desestruturação política e institucional (2 prefeitos, em 3 mandatos). As exceções foram os quatro casos tipo D e, mesmo entre esses, só no de Heitor Dias (1959-1963) combinaram-se autonomia, democracia e sustentação institucional, numa estratégia bem sucedida. (DANTAS NETO, 2011, p.2).

Das 18 gestões cujos desfechos políticos foram analisados naquele trabalho, quatro enquadram-se na Classe A (conflito com solução “administrativa”): questões tributárias estiveram diretamente envolvidas em

² Dos 22 mandatos de prefeito, 16 duraram mais de dois anos e foram considerados na análise, juntamente com os de Aristóteles Góes (1953-1954) e Virgildásio Sena (1963-1964) em que, apesar da duração menor, houve conflitos que justificam seus enquadramentos em algum dos tipos de contexto. Os demais quatro mandatos, de Julival Rebouças (1967), Fernando Wilson Magalhães (1977-1978), Edvaldo Brito (1978-1979) e Renan Baleeiro (1981-1982) ficaram fora da análise pois, além da curta duração, tiveram caráter de “mandatos-tampões”, em momentos de transição

decisões de governadores pela queda de dois prefeitos nomeados (Osvaldo Gordilho, nos anos 1950 e Jorge Hage, nos 1970); querelas do prefeito com donos de ônibus levaram o Governo Estadual a demitir, em 1954, o prefeito Aristóteles Góes, sendo ainda o problema dos transportes coletivos usado como pretexto, em 1981, para derrubar o também nomeado prefeito Mário Kertész, que entrara no final daquele seu primeiro mandato em colisão política com o Governador.

Dois situações enquadram-se na Classe B (conflito pela autonomia com revés político de prefeito eleito): o constrangimento político do prefeito Hélio Machado, que mal concluiu seu mandato, em 1959, emparedado por conflitos com o Governo Estadual e boicote tributário de lideranças da indústria e do comércio, com cobertura e apoio na imprensa; e pressão política e financeira sofrida, nos anos 1990, pela prefeita Lídice da Mata, por sua busca de alargar a autonomia política e administrativa do município em contexto de incompatibilidade política com a situação dominante no Estado.

À Classe C (convivência sem desfechos dramáticos, mas com subordinação política e administrativa do prefeito) pertencem os casos de cinco mandatos exercidos por quatro prefeitos, três deles quadros do carlismo que administraram a cidade em períodos de dominância daquele grupo político: Cleriston Andrade nos anos 1970, Manoel Castro nos 1980 e Antônio Imbassahy (o único democraticamente eleito, mas em cujos dois mandatos a autonomia de direito não se converteu em autonomia de fato) nos anos 1990. E mais o caso de Nelson de Oliveira, engenheiro de formação integralista cuja força política era zero, que como uma espécie de delegado do regime militar substituiu, com sanção da Câmara Municipal, o prefeito eleito Virgildásio Sena, desposto pelo golpe de 1964.

Os sete mandatos restantes, de seis prefeitos - quatro mandatos de Classe D (hiatos de autonomia), exercidos por 4 prefeitos e três

de Classe E (instabilidade e desestruturação) exercidos por 2 prefeitos - poderiam, a princípio, ser vistos como casos não influenciados por hierarquia na relação política entre Estado e Município. Afinal, todos esses prefeitos, exceto Antônio Carlos Magalhães (1967-1970), foram eleitos diretamente (Heitor Dias, em 1958; Virgildásio Sena, em 1962; Mário Kertész, para um segundo mandato, em 1985; Fernando José, em 1988 e João Henrique, em 2004 e 2008) e a princípio não havia, em qualquer desses casos, subalternidade política do prefeito ao Governador. No máximo, houve relações partidárias, mesmo assim nem sempre tranquilas, com os governadores Juracy Magalhães (no caso de Heitor), Lomanto Jr. (no de Virgildásio), Waldir Pires (no de Mário Kertész, em parte do seu mandato), o mesmo Waldir Pires e Nilo Coelho (no caso de Fernando José, também em parte do mandato). No caso de João Henrique sequer houve, em qualquer instante, alinhamento partidário com algum Governador, embora tenha havido, em vários, aliança política com Jacques Wagner. Houve até relações de oposição, na primeira metade do seu primeiro mandato, com o grupo político do então Governador Paulo Souto, mesmo tipo de relação ocorrida entre o prefeito Kertész, no primeiro ano do seu segundo mandato e o Governador João Durval. Houve também indefinições, como na segunda metade da gestão de Fernando José na relação com o governo ACM e em vários momentos da de João Henrique em relação ao de Jacques Wagner, mas não se registra, em algum desses casos - incluindo ainda o de ACM - uma situação de clara ingerência estadual do governo municipal.

Porém, vistos mais de perto, desses casos apenas os de Heitor Dias (1959-1962) combinaram-se autonomia, democracia e sustentação institucional numa estratégia política bem sucedida (DANTAS NETO, 2011). O sucesso do período de Heitor mede-se pela eleição de um sucessor por ele apoiado, Virgildásio Sena, que seria protagonista de promissora

experiência de autonomia política e administrativa, interrompida não por injunções da praxis política hierárquica do lugar, mas pelo golpe militar. Os demais casos merecem ser ressaltados, nos seguintes termos:

No caso de Virgildásio Sena (1963-1964), a experiência foi interrompida com a deposição do prefeito pelo golpe militar. Com ACM (1967-1970) houve autonomia de fato do prefeito e êxito da sua estratégia política, mas, do ponto de vista das instituições, nem autonomia, nem democracia. (...) no caso de Kertész (1985-1988) a conjugação de autonomia e democracia terminou, porém, em fracasso político da estratégia do prefeito. Divergindo do governador, ele apoiou à sua sucessão um candidato [Fernando José] refém de um empresário aliado que, vitorioso, em poucos meses de gestão varreu a influência de Kertész do governo municipal e, num contexto de relações instáveis, de Tipo E, com o Governo Estadual, promoveu a desestruturação política do Poder Municipal, a exemplo do que vem ocorrendo sob a atual gestão [de João Henrique]. (DANTAS NETO, 2011, p.2).

As gestões de João Henrique e sua inclusão, juntamente com a de Fernando José, na Classe E, voltarão a ser examinadas mais adiante. Por ora, espera-se que tenham sido justificadas três afirmações: a) relações políticas hierárquicas entre Estado e Município em Salvador não ocorreram, historicamente, apenas em contextos institucionais autocráticos, mas também se deram e dão, com frequência, durante regimes políticos onde vigoram regras liberais e/ou democráticas; b) essa reiteração histórica deve-se, ao menos em parte, ao fato da hierarquia ser uma regra informal importante no repertório de práticas estabelecidas na sociedade política de Salvador para orientar relações entre os poderes federativos do Estado e do Município; c) a referida regra informal tem trazido implicações negativas cruciais sobre a efetiva autonomia política do município.

As possíveis influências negativas, sobre essa mesma autonomia, dos três outros “traços culturais do atraso” que em Dantas Neto (1996) sugeriam singularidade da praxis predominante na sociedade política baiana

e soteropolitana serão aqui examinadas mais superficialmente, ou melhor, na ausência de novos dados ou de reflexão crítica mais sistemática, serão examinadas nos marcos em que se deteve aquele texto. Devem ser recebidas como pistas para esforços interpretativos e não como explicações.

O provincianismo, ou bairrismo anacrônico presente em reiteradas narrativas de feitos antigos de uma elite extinta que dominava o Estado mas provinha da capital e do Recôncavo da Baía de Todos os Santos é um segundo elemento cultural que, além de conspirar contra a muitas vezes áspera modernidade política baiana e soteropolitana, influi para perpetuar o bloqueio à autonomia política de Salvador. A ideologia de uma baiandade (ALBERGARIA, 2001; BIÃO, 2001; VELGA, 2001) absorvente e autorreferente – que segue relevante para legitimar a elite política estadual – há muito tempo (e ainda hoje) cega a política baiana para o emergente urbano da capital. Há pelo menos meio século esse urbano vem, lentamente – e, recentemente de modo mais veloz – contraditando aquela ideologia, ao distinguir cada vez mais Salvador da antiga “Cidade da Bahia”.

A tradição política baiana sempre pôs obstáculos à difusão de uma mentalidade aberta à representação dessa nova pluralidade da sociedade e da vida cultural da capital. Vida cultural que não prima pela excelência e genialidade de quadros artísticos e literários excepcionais que noutra época aqui emergiram, imigrantes de outros litorais baianos, do Recôncavo ou dos sertões. Destaca-se, sim, gostemos disso ou não, pela pretensão de acesso de produtores comuns de cultura a uma vida cultural cada vez mais portadora de uma ética e de uma estética de massa, para além do que delas tão bem captaram, um dia, a vanguarda tropicalista, ou a do cinema novo (RISÉRIO, 1995). A essa pretensão corresponde, como base material relevante a lhe dar viabilidade relativa, uma extensa rede de negócios que se ocupa da produção

e comercialização de entretenimento e apropria-se em boa medida do discurso cultural, permitindo que dele se extraia rendimentos políticos, como na fase mais expansiva da hegemonia carlista nos anos 1990.

Autonomia de cidade plena é necessária para que o poder político da cidade “nova” dialogue com essa realidade ética e esteticamente áspera, não para a ela se acomodar, mas para propor sua reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2002), inclusive conciliando-a com a evocação da autêntica excelência da cidade pretérita. Para o resgate reconciliador, útil à afirmação da autonomia, a tradição cultural da Bahia – popular, excelente, extrassoteropolitana – tem a contribuir, mas a tradição política bairrista não.

Para tornar o desafio da autonomia ainda mais complexo e a urbanidade da política em Salvador ainda mais escassa, soma-se, aos limites mentais do provincianismo político, ao poderio material de instituições do mundo do mercado e aos limites estruturais de um cenário pré-moderno de iniquidades sociais, a incivilidade apolítica de um personalismo exacerbado que ainda encontra, como se verá adiante, bastante audiência e eco social para ter lugar de algum destaque no cardápio eleitoral contemporâneo.

O terceiro elemento, ou “traço cultural” a considerar é desdobramento do segundo e deriva também da difusão da ideia de baiandade. Trata-se da afirmação da cordialidade e da aversão ao conflito como “essências” do “ser baiano”. Essa proposição é de difícil conciliação com pautas conflituosas que tendem a emergir do chão social da cidade real se a representação política do urbano soteropolitano ganhar autonomia.

Nossa história política e urbana mostra que o Estado da Bahia e a Cidade do Salvador não conheceram algo semelhante ao primeiro momento da modernidade europeia, de que nos fala David Harvey, momento da emergência de conflitos entre tradição e luzes, entre prerrogativas e direitos, concomitantemente

à disseminação do mercado (DANTAS NETO,1996). Foram, contudo, alcançados, ainda nos anos 1950, pela segunda onda da modernidade - aquela que Harvey (1994) denomina de “alto modernismo”-, onda econômica cada vez mais mundial que nos chegou timidamente, àquela época, para instalar-se de vez na virada dos anos 1960 para os 1970, em contexto político autocrático.

Com o avanço da sociedade de mercado sobre a cidade assim politicamente desarmada passou-se direto da antiga comunidade cordial ao império de fragmentos competitivos, com monetarização da política, nichos eleitorais e encenação midiática, aspectos que em si mesmos, como sabemos, não tem a ver com alguma excepcionalidade soteropolitana, sendo antes o modo pelo qual a cidade sai de si, de sua singularidade, para ser um exemplar de um padrão rebaixado de cidade periférica.

Alguma interação dinâmica parece haver entre os quatro elementos mencionados, atuando no sentido de diluir (ou descentrar) o potencial de conflito presente num ambiente social marcado por profundas desigualdades e muito distinto da antiga “cidade cordial”. As reivindicações de raça, de gênero, de orientação sexual e de condição etária; a práxis militante de ONGs, de outros grupos e movimentos protecionistas do ambiente, dos direitos de consumo e de causas várias que vão do patrimônio cultural aos direitos humanos e dos animais, tudo isso toma forma de fragmentos resistentes a sínteses políticas e passa a ser imitado também por movimentos tradicionais, inclusive sindicatos, radicalizando-se aspirações corporativas. A democracia que esses movimentos requerem e praticam é império de desejos, de escassa conexão com uma ética republicana (RIBEIRO,2000). A sociedade política, percebendo a ineficácia das sínteses, entregou-se à lógica mercantil, pondo recursos humanos e materiais do poder político em interação com a pauta fragmentária da nova sociedade civil. Dessa interação resulta a valorização de nichos eleitorais como rotas

de acesso, à elite política, de novos quadros e partidos cheios de apetite. Curiosamente, em meio a micro-horizontes derivados dessas macromudanças, o político profissional é retoricamente desvalorizado e a renovação da elite política saudada como valor em si, sem maiores justificações.

Por que a atomização radical das pautas e a plena diluição da política no mercado não produzem, além de nichos eleitorais, instabilidade social e conflito generalizado? Pode ser que quem estuda estruturas e processos sistêmicos que vão muito além da dinâmica específica da cidade e da política que nela se pratica consiga farejar pistas e tentar respostas por aproximação. Não é o caso aqui, onde se quer apenas chamar a atenção para o fato de que um quarto aspecto em interação (a encenação midiática da política) tem um papel a cumprir no sentido de converter em senso comum o que tenderia ao dissenso permanente. Não é, pois, a política quem faz a síntese. A política torna-se vítima de uma síntese feita contra o que seria seu desiderato mais genuíno: superar o senso comum pela produção de consensos críticos a partir de conflitos sob regras.

Bom dizer que não se trata de conspiração da mídia e sim de uma interação desta com a pequena política, à qual se reduz toda a política, para cumprir, como dizia Gramsci (2002), a grande política da ordem. Políticos e partidos são cúmplices e beneficiários a curto prazo de um espetáculo que a longo prazo bloqueia a política como crítica.

Essas mudanças operam-se em toda cidade capitalista, no marco de instituições (regras do jogo). No Brasil, na política e na administração pública elas são cada vez mais abrangentes e conspiram contra as excepcionalidades. Mas não indicam nenhuma “revolução” pacífica. Em Salvador e em qualquer lugar o senso comum pela renovação de elites como valor em si pode ser, inclusive, como lembrou Gaetano Mosca, trabalhado pela classe política como terreno propício

ao retorno, pela via da competição eleitoral moderna, do critério da hereditariedade na seleção de elites (MOSCA, 2004.)

Mas cada cidade possui um repertório cultural que, se captado e devidamente re-codificado, torna a operação mais eficaz. Em Salvador o repertório é o da baianidade, cuja marca é a cordialidade, sendo o conflito algo a exorcizar. Sua tradução na política real é a busca de quase unanimidade, legitimação de natureza clamativa que precisa, claro, de adversários para se afirmar. Mas pelo uso imoderado de recursos de poder, reduz o campo de ação da oposição a ponto dela parecer inimiga de alguma versão, sempre renovada, da comunidade cordial. A deslegitimação da pluralidade intrínseca ao conflito político genuíno é, assim, modo de negar autonomia à representação do urbano efetivamente existente em Salvador. E alimenta a desurbanização política da cidade.

Resta examinar o quarto traço da práxis bloqueadora da autonomia política de Salvador, que são as práticas avessas à participação política dos “de baixo”. Mais uma vez temos um desdobramento lógico do traço anterior. A deslegitimação (por ofensa à cordialidade) da ideia de um conflito plural e incisivo na sociedade política supõe, entre outras coisas, que devam ser fechados os dutos que pudessem levar a uma infiltração relevante, nessa sociedade política, de conflitos oriundos do contencioso social que medra no mundo social. A impermeabilidade, como já se viu, é em parte assegurada pela monetarização pura e simples dos processos políticos. Mas também, no plano das ideias hegemônicas, por uma concepção vertical da política cujo enraizamento social permite-lhe reivindicar, com justiça, o reconhecimento do seu realismo.

A partir da suposição da singularidade baiana e de um quadro teórico de referência que abriga concepção não minimalista de democracia, o estudo de personalidades, grupos e partidos atuantes na política baiana induziu o texto de 1996 a concluir que nos

deparávamos com um quadro de impotência democrática. Hoje uma abordagem realista pode levar a juízo menos fatalista, embora também não muito esperançoso.

As facções tradicionais da elite política estadual, quando instadas a atuar em contextos liberal-democráticos, seguiram, intuitivamente, alguns postulados da teoria da democracia de Schumpeter (1961): valorização de políticos “de escol”, delimitação conservadora do campo de decisões passível de se submeter a regras democráticas; cultivo dos valores do autocontrole e da tolerância. Ao rezar por tal cartilha a tradição política baiana assume feição liberal, distinta do obscurantismo coronelístico. Isso não impediu que aderisse, quando lhe pareceu adequado e conveniente, a uma ordem política autocrática, pondo-se, inclusive, sob longa tutela de uma personalidade despótica que, nascido de suas entranhas, ascendera ao poder pela via daquela autocracia; nem que tenha logrado perenizar-se sob essa tutela, apesar ou por causa da tensa relação de continuidade/reforma que se travou entre a elite e seu condutor político. E para que não se pense que a elite incorreu em simples contradição histórica, seu tutor não deve ser confundido com atraso coronelístico e sim visto como protagonista de uma modernização conservadora (DANTAS NETO, 2006) que para vingar revogou a democracia.

Mas em outros contextos institucionais – regime de 1946 e breve interregno da transição dos anos 1980 – o vínculo da elite política baiana a postulados de democracia vertical (SARTORI, 1987) não impedia a democracia política, mas desenhava-a como ordem institucionalmente estruturada de concorrência eleitoral inter elites. Hoje, após duas décadas de democracia ampliada e consolidada, esse desenho schumpeteriano assume, por incrível que pudesse parecer aos nossos olhos maximalistas de 1996, ares de quase utopia, se comparado ao vale tudo resultante da desestruturação institucional e

da fragmentação mercantil da representação política soteropolitana. Saudades da política da antiga Cidade da Bahia, por mais que sejam anacrônicas, são compreensíveis.

Em tempos de protagonismo petista no poder político do Estado da Bahia pode-se reiterar, com adaptações, a afirmação do texto de 1996, referida ao processo de modernização nascido na década de 1950. Sejam quais e quantos forem os candidatos e partidos efetivamente competitivos nas eleições para a Prefeitura e a Câmara, populismo e elitismo constituem duas faces pragmáticas de uma única moeda na política da Cidade do Salvador, cunhada e controlada pela política estadual. A reiteração da tradição “bahiana” é sempre o desfecho provável quando se põem em alternância uma facção de elite que se autoproclama onipotente e outra que não ousa dizer seu nome.

A autópsia realista das idealizações de teoria democrática naufragadas nas águas aparentemente paradas da política real tem que mirar além da sociedade política e ao menos tangenciar a sociedade civil. O horizonte democrático aí alimentado pela ideia de participação não é a dinamização da representação política e sim uma panaceia alternativa a ela. Em vez de ter como sentido levar o mundo social a contracenar na sociedade política, a pregação participativa pretende que a “sociedade organizada” seja sede de poder de fato, à qual políticos e partidos devem acorrer e se submeter para não incorrerem em pecado contra a democracia direta e penarem num inferno instituído pelo “social” para punir a política. Algo de utópico e ingênuo há em se imaginar o povo governando. Porém, mais que ingenuidade ou delírio essa pretensão padece de falsidade ideológica, posto que entre agentes dessa sociedade civil organizada e o povo eleitoralmente representado não existe identidade e as relações entre uma e outro não são hoje fluentes, muito menos simbióticas. Há não raras vezes latente estranhamento que também não raramente se converte em

não assumida contradição de interesses. A panaceia participativa é análoga à panaceia tecnocrática, embora não se confunda com ela. Ambas pretendem capturar a interlocução com o social, isolando a política e os políticos profissionais, como quem persegue uma reserva de nichos de mercado político e não a moderação política dos efeitos atomistas do inescapável mercado capitalista. Na prática, levam água ao mesmo terreno irrigado pela tradição conservadora baiana: o do bloqueio à representação propriamente política do urbano empírico de Salvador.

O efeito cumulativo no tempo de tão significativos vetores de bloqueios determinou que a luta pela autonomia política de Salvador passasse à condição de uma saga com epílogo inconcluso. O surgimento da realidade metropolitana em termos de gestão urbana, já obriga a repensar a questão da política de Salvador também em escala metropolitana. Esse novo requerimento soma-se, portanto, aos efeitos dos vetores de bloqueio para transmitir uma sensação de desafio sem solução política visível. E o cardápio eleitoral oferecido ao eleitor da capital baiana em 2012 é compatível com esse deserto político.

3 AS ALTERNATIVAS DO CARDÁPIO ELEITORAL

Compreende-se, pela crise política, administrativa, financeira, urbana e cultural em que Salvador está mergulhada, a inclusão, no cardápio eleitoral apresentado pelas várias facções da elite política, de candidaturas que proponham saídas relativamente rápidas dessa crise, à base de choques de gestão. Mas face à nova escala territorial que assumem antigos requerimentos da cidade, a chance de protagonismo administrativo eficaz de um prefeito-herói, ancorado num discurso de cunho salvacionista mostra-se objetivamente reduzida. Isso ocorre mesmo no caso em que o personagem detenha – como detém o atual

candidato do PMDB, por exemplo - efetiva experiência de gestão e por mais que, subjetivamente, a associação das duas imagens (a de herói e a de gestor), sugira uma restauração de autoridade e autonomia da administração municipal, podendo persuadir eleitores, dado o ponto crítico a que de fato chegaram a cidade e a política em Salvador.

Além da realidade metropolitana, há como obstáculo ao êxito de uma proposta salvacionista centrada numa personalidade, o efetivo peso que partidos e regras têm hoje na política real. Fala-se, evidentemente, não da política eleitoral, na qual partidos cumprem função nas articulações preliminares, cedendo, porém, na campanha, a primazia a candidatos, personalidades e facções da elite política. Fala-se aqui, sim, da política real que sustenta as administrações eleitas. Num sistema político com rotinas administrativas cada vez mais institucionalizadas, o espaço destinado à invenção, ao improvisado e mesmo a projetos pontuais reduz-se sensivelmente. Como atenuante a seu favor, a candidatura citada dispõe, como uma segunda âncora, ao lado do discurso heróico, de um partido significativo, com acesso à administração federal, embora atualmente em dificuldades para celebrar alianças político-partidárias no município e no Estado. Essas, no entanto, poderiam vir, apesar do desdém que o candidato de disposição pessoal autárquica hoje lhes destina, na hipótese dele conseguir ultrapassar seu cabo das tormentas, a saber, o difícil acesso a um segundo turno das eleições.

Outro problema do cardápio eleitoral atual é que as alternativas disponíveis e até - a princípio e em tese - eleitoralmente mais viáveis que o heroísmo acima aludido, em vez de afirmarem valores de urbanidade e pluralidade podem assim como aquele, negá-los.

Veja-se a oposição estadual e nacional, representada nessa eleição em Salvador por um quadro ligado a uma tradição política enraizada na sociedade baiana. Apesar dessa tradição, com a qual se afinam a trajetória

pessoal do candidato e o processo político que originou a candidatura do DEM, seu discurso eleitoral, talvez influenciado pela onda de governismo que assola a sociedade política, troca a valorização dessa última como sede das soluções, por uma abordagem tecnocrática do problema do poder. Nesse terreno retórico a urbanidade se dilui numa contraposição doutrinária do planejamento à barganha natural da pluralidade política, vista como estorvo. A estratégia, assim como a do herói, evoca a restauração gerencial de um passado bem sucedido, como via de resgate da autoridade e da autonomia municipais, agora não pela experiência, mas pela sedução do novo, veiculando assim a curiosa fórmula de uma inovação restauradora.

Na história política contemporânea de Salvador duas guinadas com viés tecnocrático tiveram êxito administrativo na Prefeitura. A primeira, com sotaque político demiúrgico (a criação da Salvador moderna), deu-se com ACM, no final dos anos 1960; a segunda através de Antônio Imbassahy, nos anos 1990, na presença de situação dominante de um grupo político estadual e com sotaque restaurador: retomada da modernização da cidade, que teria sido interrompida a partir dos anos 1980, por gestões do PMDB e da esquerda. A atual abordagem, veiculada pelo herdeiro mais notório do campo político carlista, procura mesclar os dois sotaques, mas não conta com uma variável da estrutura política presente naquelas duas ocasiões: o alinhamento da maior parte da sociedade política à estratégia gerencial que visava diminuir sua importância. Hoje, embora candidatos a vereador se mostrem atraídos pela dianteira do candidato do DEM a prefeito nas sondagens de intenção de voto, a maioria dos partidos e lideranças políticas barganha recursos para disputar proeminência, daí a busca de abrigo formal na área governista. As urnas poderão (ou não) resolver o aparente paradoxo entre o virtual êxito eleitoral do discurso administrativo da facção oposicionista e o sucesso

concomitante da pragmática facção petista, hoje ainda predominante em negociações e cooptações políticas.

Se o eleitorado vier a desmentir as atuais pesquisas, elegendo o petista candidato das forças governistas estaduais e recusando tanto o discurso do herói outsider quanto o viés tecnocrático do candidato da oposição isso não necessariamente levará, tampouco, à afirmação de terreno mais fértil para cultivo da urbanidade e da pluralidade políticas. Basta ver a ênfase que o discurso do candidato governista estadual empresta à defesa, de longa tradição, do alinhamento político dos poderes federal, estadual e municipal como condição necessária e suficiente para superar o ponto crítico de Salvador. O fôlego curto dessa lógica mede-se pelo seu potencial inibidor da invenção política, sem a qual a urbanidade naufraga e a pluralidade converte-se em atomização mercantil.

Assim como não se pode querer que o candidato do PMDB oculte a superioridade de sua experiência administrativa sobre as dos demais candidatos, nem pedir ao do DEM que dispense a promissora ligação de sua imagem à ideia de “retorno do novo”, não se pode pretender que o candidato petista abra mão de levar à arena eleitoral aquele que virtualmente seria o seu maior trunfo, que são apoios políticos e administrativos supostamente postos à sua disposição em escala maior que os oferecidos a seus concorrentes. Porém, há modos e modos de fazê-lo. Um deles, até aqui mais visível, é tomar como ponto de partida e de chegada o projeto Lula/Dilma/Wagner, sendo um “projeto estratégico” para a cidade um produto, entre outros, desse empreendimento político-partidário cuja sustentabilidade eleitoral futura é hoje bem mais duvidosa. Outro modo seria ter como foco, ponto de partida e de chegada, os carecimentos da cidade para argumentar que esses apoios precisam ser potencializados e que sua candidatura é a que melhor está situada para viabilizá-los, na linha de fornecer ao Poder Municipal uma estabele-

dade política que estabeleça um contraponto com as gestões do atual prefeito, marcadas pela instabilidade. Recentemente, de modo sagaz, o Governador Jacques Wagner enfatizou este ponto como quem oferece ao seu candidato indicações de discurso alternativo. Embora, a bem da verdade, seja preciso pontuar que em vários momentos a política de alianças do seu governo tenha alimentado a instabilidade política do prefeito ao intermediar-lhe abrigos partidários e ao conter o ímpeto oposicionista do PT municipal. Mais uma vez mostra-se aí, tanto a necessidade de construção de uma estratégia autônoma em relação à política estadual, como a sua problemática implementação a partir do cardápio eleitoral oferecido ao eleitor.

Entre as candidaturas com menores perspectivas eleitorais apenas a do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, por sua configuração ideológica, dialoga de modo significativo com alguns dos problemas aqui abordados, muito especialmente o da veiculação da tese da participação como pedra de toque para o encaminhamento de soluções para os problemas de gestão em Salvador. Comparece ainda mais, nesse caso, o problema de falta de lastro na sociedade política. Esse fato praticamente impõe ao candidato a modulação do tema da participação como panaceia, nos termos já aqui comentados. Assim, apesar da sua postura contestatória, ela reitera (ou não consegue contrastar) a sensação de deserto político.

4 AS LACUNAS DO DEBATE ELEITORAL

Um detalhe nada desimportante deve ser acrescentado: o de que a gestão municipal atual não nos oferecerá uma opção de voto com a assinatura do prefeito. Ele abre mão de uma advocacia política em seu favor, mas isso em vez de lançá-lo a leões inimigos, permite-lhe, até certo ponto, usar como escudo

a complacência, ou ao menos a neutralidade da situa o e da oposi o estaduais quanto a um balanço político abrangente dos seus oito anos de gestão. Isso por liga es que com ela tiveram ou têm todos os candidatos e/ou partidos eleitoralmente relevantes e também em razão da disputa, entre as campanhas dos candidatos do DEM e do PT, de partes diversas do seu espólio político sobrevivente, no Executivo e Legislativo de Salvador. A vantagem do candidato do DEM nessa opera o de captura, deriva da sua dianteira nas pesquisas de inten o de voto e tende a “liberar” o candidato petista a assumir um discurso cada vez mais crítico da gestão municipal, como já faz desde o começo o candidato do PMDB. Mas nem esse último nem o do PT emitem sinais de crítica abrangente a ponto de enfocarem quatro aspectos que, entrelaçados, podem oferecer um perfil bastante realista da atual crise política e gerencial do Poder Municipal de Salvador. Esses aspectos são: o caos administrativo, a incapacidade financeira, a privatiza o do processo decisório em favor de corpora es econ micas e a instabilidade político-partidária.

O  ngulo crítico que sem d vida vem sendo mais e melhor explorado   o do caos administrativo. Se “chamar Mário”, se apostar no plano de governo do DEM, no projeto estratégico do PT, na administra o participativa do PSOL, ou mesmo nos discursos de campanha dos dois outros candidatos (do PRB e do PRTB), o eleitor soteropolitano estará votando em proposi es que partem da avalia o de fracasso da atual gestão para formular propostas, várias delas respaldadas por diagnósticos técnicos abrangentes ou setoriais correspondentes às reiteradas preocupa es mais sentidas dos eleitores, captadas por pesquisas: transporte/mobilidade, saúde, segurança, educa o.

O mesmo não ocorre com a incapacidade financeira. Quando não omitida para dar vazão a propostas irrealistas, ela   reconhecida retoricamente, mas subavaliada, na medida

em que os candidatos propõem super -la acenando a políticas como conten o de despesas, dinamiza o da arrecada o, combate   sonega o e até fomento   atividade econ mica, diretriz cujas chances de impacto sobre a receita são de limitado alcance, se dependerem apenas de medidas concernentes ao nível decisório municipal.

Entre essas propostas e o problema a ser enfrentado há conexões de sentido, mas não senso adequado de propor es. Nenhuma delas mensura as condi es que teria de contribuir para inverter a atual situa o em que a receita municipal depende, em torno de 55%, de transferências estaduais e federais (DANTAS NETO, 2011). Tal inversão – sem a qual aspectos mais estruturais do impasse administrativo não podem ser enfrentados – dependeria de prazos que vão muito  m do imediato e também da virtualidade de enfrentamento político do tabu em que se transformou a questão tributária municipal. A compara o do montante e do perfil da arrecada o de receita própria (impostos municipais) de Salvador com os de cidades como Recife e Fortaleza seria esclarecedor sobre se não existem, ao lado de ineficácia da máquina, especialmente no caso do IPTU, injustiças tributárias históricas a saldar, em termos de uma desejável progressividade social dos impostos.   sintomático desse tabu que nenhum candidatos (nem mesmo o do PSOL) destaque a urgência de soluço política pactuada para esse problema. E que a maioria deles reitere, ao contrário, a ilusão que consiste em pretender aumentar significativamente a receita (como   necessário) sem alterar o status quo tributário.

Opacidade análoga adquire o debate em torno do terceiro ponto que integraria uma crítica abrangente às gestões de João Henrique: a privatiza o do processo decisório. Parece claro que durante os últimos oito anos o poder público municipal perdeu capacidade técnica e política de controlar a a o de agentes econ micos privados no território do

município e mesmo dentro de instituições públicas, mormente no caso de interesses de corporações imobiliárias e do setor de transportes. Nesse ponto, Executivo e Legislativo irmanam-se na omissão, na complacência e mesmo na cumplicidade. Na campanha eleitoral, essa tecla tem sido pressionada apenas pelo candidato do PSOL, suscitando reações retóricas, evasivas, ou “naturalistas” dos candidatos eleitoralmente mais relevantes. Mas o tom da interpelação padece, na origem, dos pecados da generalização e da banalização ao estigmatizar a questão em termos de um necessário combate a máfias, de caráter purificador, a ser movido por hipotético governo assentado em assembleísmo popular quando temos, como no caso dos tributos, carência de uma solução pactuada no interior das instituições representativas. Solução para vigorar no âmbito da máquina pública sob a vigilância da sociedade civil e de instituições republicanas como o Ministério Público. Se se trata o interesse privado sem reconhecer esses limites realistas nem separar joio de trigo, o discurso político perde-se na doutrina.

Impensável ainda, nos marcos do capitalismo, que decisões do poder público que afetem interesses empresariais sejam tomadas com base em exclusivo e fantasioso “interesse público”. Não se pode cobrar da política normal que revogue a influência de interesses privados, mas se pode esperar que os defronte com pactos de caráter público que não fiquem apenas em declarações formais de intenção a serem a seguir negadas pela lógica implacável que conecta o financiamento privado de atividades políticas à corrupção de agentes públicos para favorecimento dos financiadores privados. Perante meras declarações de intenção os interesses do mundo do mercado expandem-se e assim o fenômeno das práticas mafiosas exige explicação para além da moral, considerando que as regras e práticas vigentes na política condicionam a conduta do empresário, mais ou menos como a ocasião faz o ladrão. Manda então

a urbanidade política que perante uma opinião pública madura, candidatos a prefeito apresentados por partidos e elites políticas responsáveis sejam instados a falar sobre o espaço que imaginam possível à atuação de corporações econômicas urbanas virtualmente interessadas em cada política pública específica proposta, bem como sobre regras formais e informais (principalmente as informais) que devem presidir a interação econômica entre os mundos público e privado, que é, por definição, parte da dinâmica de uma cidade capitalista.

Por fim, mas não em último lugar, tem-se a lacuna mais proeminente, que vem contribuindo mais para impedir que através do debate eleitoral se veicule uma crítica abrangente à atual gestão municipal. Trata-se da discussão sobre a natureza, as causas e as possibilidades de superação da já aqui aludida instabilidade política e partidária que vitimou nos últimos oito anos o poder público de Salvador, deixando graves sequelas na sua vida institucional. No centro desse problema esteve além do arrivismo político do prefeito a política de alianças do Governo do Estado e a subordinação dos partidos políticos atuantes em Salvador à lógica da política estadual. Embora ela se justifique por estratégias racionais atinentes ao seu âmbito, desestrutura, objetivamente, a política no âmbito municipal. Compreende-se, por exemplo, que o Governador, pensando na reprodução do seu esquema político no plano estadual, não tenha confrontado politicamente o prefeito nem os partidos que lhe serviram de abrigo. Mas o PT municipal, perante a crise que se estabeleceu na cidade, não deu um passo além e assistiu passivamente a “aplicação”, no município, dessa fórmula estadual que adotou como sua. Do mesmo modo não surgiu, fora da aliança governista estadual, um discurso oposicionista consistente à gestão municipal. De um modo ou de outro, as forças políticas flertaram com a desestruturação da política municipal e

aceitaram o diagnóstico superficial de que se trata de mera crise de gestão.

O tom com que os candidatos em geral se referem ao problema especificamente político de Salvador revela igualmente a dissimulação do caráter da política real, que é luta pela conquista e conservação do poder político. A dissimulação faz parte do jogo e não se pode esperar sua abolição do universo da política que (ainda bem) precisa de votos. Mas faz parte também do jogo a progressiva superação da ingenuidade dos eleitores. Ajuda à democracia que cada vez, em maior número eles saibam que, na verdade, governantes eleitos ocupam-se de questões especificamente políticas, confiando o cotidiano da gestão a auxiliares politicamente indicados após os resultados das urnas. Temas de gestão chegam-lhes em balanços sazonais, ou quando se instala crise em algum setor.

Por isso promessas do DEM de premiar a competência técnica e não permitir loteamento de cargos entre partidos políticos; compromissos do PT de que a montagem e as decisões de governo obedecerão ao que for previsto num “plano estratégico”; afirmações do candidato do PMDB de que ele próprio será o administrador cotidiano, cuja onisciência derivaria do fato de não portar aspirações políticas, todas essas são formulações que em vez de tranquilizar, devem deixar atentas as consciências politicamente lúcidas e preocupadas com a crise de Salvador.

Numa democracia eleitoral o ato de votar exige, contudo, moderação das pretensões do eleitor consciente. Capacidade de não se desesperançar com as lacunas e de buscar, na penumbra, a opção do cardápio eleitoral que mais se aproxime - ou menos se distancie - em sua imperfeição, daquilo que sua lucidez pessoal lhe indicar como desejo de cidade. Mas não é, em todo o caso, compatível com a natureza política dessa crise e do cargo em disputa que se transforme a eleição do prefeito em algo parecido com a seleção de um gerente. Fazê-lo é ratificar a desestruturação

política e confirmar o veredicto de que a Salvador metropolitana estagnou num ponto aquém da autonomia política de cidade; num ponto aquém até mesmo da resistência oferecida por alguns dos antepassados prefeitos à condição política subordinada que por muito tempo foi imposta à cidade, tanto pela proeminência antiga da tradição liberal baiana, com H, como pela autocracia militar e pelas práticas políticas despóticas que lhe sobreviveram por prolongado tempo.

REFERÊNCIAS

- ALBERGARIA, Roberto. **Entrevista à ABCP cultural**. Salvador, 2001.
- BLÃO, Armindo. **Entrevista à ABCP cultural**. Salvador, 2001.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Espelhos na penumbra: o enigma soteropolitano – ensaio e bloqueio da autonomia política de Salvador (1947-1959)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- _____. **Salvador: a desurbanização política e administrativa**. 2011. Disponível em <<http://redeprofissionaisolidarios.objectis.net/salvador/texos/salvador-a-desurbanizacao-politica-e-admisnistrativa>> Acesso em: 01 de agosto de 2012.
- _____. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.3.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- MOSCA, Gaetano. **La clase política**. México: FCE, 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República. In: BIGNOTTO, N (Org.): **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.13-25.
- RISÉRIO, Antônio. **Avant-garde na Bahia**. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi Bardi, 1995.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994. v.1.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- VEIGA, Manoel. **Entrevista à ABCP cultural**. Salvador, 2001.